



EDUCAÇÃO:

Um universo de possibilidades
e realizações

Dr. Alderlan Souza Cabral



AYA EDITORA
2022

Direção Editorial

Prof.º Dr. Adriano Mesquita Soares

Organizador

Prof.º Dr. Alderlan Souza Cabral

Capa

AYA Editora

Revisão

Os Autores

Executiva de Negócios

Ana Lucia Ribeiro Soares

Produção Editorial

AYA Editora

Imagens de Capa

br.freepik.com

Área do Conhecimento

Ciências Humanas

Conselho Editorial

Prof.º Dr. Aknaton Toczec Souza

Centro Universitário Santa Amélia

Prof.ª Dr.ª Andréa Haddad Barbosa

Universidade Estadual de Londrina

Prof.ª Dr.ª Andreia Antunes da Luz

Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. Argemiro Midonês Bastos

Instituto Federal do Amapá

Prof.º Dr. Carlos López Noriega

Universidade São Judas Tadeu e Lab. Biomecatrônica - Poli - USP

Prof.º Me. Clécio Danilo Dias da Silva

Centro Universitário FACEX

Prof.ª Dr.ª Daiane Maria De Genaro Chirolí

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Danyelle Andrade Mota

Universidade Federal de Sergipe

Prof.ª Dr.ª Déborah Aparecida Souza dos Reis

Universidade do Estado de Minas Gerais

Prof.ª Ma. Denise Pereira

Faculdade Sudoeste – FASU

Prof.ª Dr.ª Eliana Leal Ferreira Hellvig

Universidade Federal do Paraná

Prof.º Dr. Emerson Monteiro dos Santos

Universidade Federal do Amapá

Prof.º Dr. Fabio José Antonio da Silva

Universidade Estadual de Londrina

Prof.º Dr. Gilberto Zammar

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Helenadja Santos Mota

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, IF Baiano - Campus Valença

Prof.ª Dr.ª Heloísa Thaís Rodrigues de Souza

Universidade Federal de Sergipe

Prof.ª Dr.ª Ingridi Vargas Bortolaso

Universidade de Santa Cruz do Sul

Prof.ª Ma. Jaqueline Fonseca Rodrigues

Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. João Luiz Kovaleski

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.º Me. Jorge Soistak

Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. José Enildo Elias Bezerra

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará, Campus Ubajara

Prof.º Me. José Henrique de Goes

Centro Universitário Santa Amélia

Prof.ª Dr.ª Karen Fernanda Bortoloti

Universidade Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Leozenir Mendes Betim

Faculdade Sagrada Família e Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais

Prof.ª Ma. Lucimara Glap

Faculdade Santana

Prof.º Dr. Luiz Flávio Arreguy Maia-Filho

Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof.º Me. Luiz Henrique Domingues

Universidade Norte do Paraná

Prof.º Dr. Milson dos Santos Barbosa

Instituto de Tecnologia e Pesquisa, ITP

Prof.º Me. Myller Augusto Santos Gomes

Universidade Estadual do Centro-Oeste

Prof.ª Dr.ª Pauline Balabuch

Faculdade Sagrada Família

Prof.º Me. Pedro Fauth Manhães Miranda

Centro Universitário Santa Amélia

Prof.º Dr. Rafael da Silva Fernandes

Universidade Federal Rural da Amazônia, Campus Parauapebas

Prof.ª Dr.ª Regina Negri Pagani

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.º Dr. Ricardo dos Santos Pereira

Instituto Federal do Acre

Prof.ª Ma. Rosângela de França Bail

Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais

Prof.º Dr. Rudy de Barros Ahrens

Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares

Universidade Federal do Piauí

Prof.ª Ma. Silvia Aparecida Medeiros

Rodrigues

Faculdade Sagrada Família

Prof.ª Dr.ª Silvia Gaia

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Sueli de Fátima de Oliveira Miranda

Santos

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Thaisa Rodrigues

Instituto Federal de Santa Catarina

Prof.º Dr. Valdoir Pedro Wathier

Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional, FNDE

© 2022 - **AYA Editora** - O conteúdo deste Livro foi enviado pelos autores para publicação de acesso aberto, sob os termos e condições da Licença de Atribuição *Creative Commons* 4.0 Internacional (**CC BY 4.0**). As ilustrações e demais informações contidas nos capítulos deste Livro, bem como as opiniões nele emitidas são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam necessariamente a opinião desta editora.

E2446 Educação: um universo de possibilidades e realizações [recurso eletrônico]. / Alderlan Souza Cabral (organizador) -- Ponta Grossa: Aya, 2022. 105 p.

Inclui biografia
Inclui índice
Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
ISBN: 978-65-5379-027-8
DOI: 10.47573/aya.5379.2.69

1. Ensino. 2. Planejamento estratégico. 3. Linguística. 4. Língua portuguesa - Variação. 5. Língua portuguesa - Estudo e ensino. 6. Tabela periódica dos elementos químicos. 7. Aculturação. 8. Indígenas. 9. Pesquisa - Metodologia. 10. Alfabetização. 11. Formação de professores. 12. Educação inclusiva. 13. Transtorno do espectro autista. I. Cabral, Alderlan Souza. II. Título

CDD: 370.7

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Bruna Cristina Bonini - CRB 9/1347

International Scientific Journals Publicações de Periódicos e Editora EIRELI

AYA Editora©

CNPJ: 36.140.631/0001-53
Fone: +55 42 3086-3131
E-mail: contato@ayaeditora.com.br
Site: <https://ayaeditora.com.br>
Endereço: Rua João Rabello Coutinho, 557
Ponta Grossa - Paraná - Brasil
84.071-150

SUMÁRIO

Apresentação.....8

01

Gestão estratégica de pessoas por competência e liderança na educação, na cidade de Manaus-AM/Brasil, no período de 2017-20189

Humberto Santos Oliveira

DOI: 10.47573/aya.5379.2.69.1

02

Variações linguísticas no ensino fundamental II, em uma escola municipal da cidade de Autazes-AM/Brasil, no período de 2016-2017..20

Dr. Alderlan Souza Cabral

DOI: 10.47573/aya.5379.2.69.2

03

Ensino da Tabela Periódica: a construção e utilização de materiais lúdicos, em turma de primeiro ano na modalidade educação de jovens e adultos, no Instituto Federal do Amazonas31

Jorge Pontes Koide

DOI: 10.47573/aya.5379.2.69.3

04

Reserva parque das tribos e o processo de aculturação na escola indígena “Uka Umbesara Wakenai Anamarehit” no município de Manaus-AM/Brasil, no período de 2020-202142

Antônio Ruiz da Silva

DOI: 10.47573/aya.5379.2.69.4

05

O uso da metodologia científica em sala de aula, para alunos do 3º ano do ensino médio, na disciplina de biologia.....54

Sandraléa Socorro Lima dos Santos Andrade

DOI: 10.47573/aya.5379.2.69.5

06

O poder de transformação da leitura e escrita, uma questão que resvala a formação do professor das séries iniciais63

Deuvalina Batista Cabral

DOI: 10.47573/aya.5379.2.69.6

07

Algumas reflexões acerca do papel do pedagogo e da coordenação pedagógica na educação inclusiva74

Maxilene Ferreira Sales

Ronaldo dos Santos Leonel

DOI: 10.47573/aya.5379.2.69.7

08

A importância da afetividade da comunidade escolar na aprendizagem de uma criança portadora de TEA – Transtorno do Espectro Autista85

Maxilene Ferreira Sales

Alvane Rosa de Sousa

Ronaldo dos Santos Leonel

DOI: 10.47573/aya.5379.2.69.8

09

A importância das experimentações como ferramenta metodológica na educação infantil...93

Maxilene Ferreira Sales

Alvane Rosa de Sousa

Ronaldo dos Santos Leonel

DOI: 10.47573/aya.5379.2.69.9

Organizador100

Índice Remissivo101

Reserva parque das tribos e o processo de aculturação na escola indígena “Uka Umbuesara Wakenai Anamarehit” no município de Manaus-AM/Brasil, no período de 2020-2021

Antônio Ruiz da Silva

Universidade de Integração das Américas (UNIDA)

Minuta descritiva decorrente da pesquisa científica apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação

Curso de mestrado em Ciências da Educação pela Universidad de la Integración de las Américas

Período de Realização: fevereiro de 2020 a julho de 2021

Orientador: Dr. Alderlan Souza Cabral

DOI: 10.47573/aya.5379.2.69.4

RESUMO

A finalidade desta pesquisa é compreender o processo de aculturação e identificação da identidade do índio com foco em uma escola indígena localizada na reserva, Parque das Tribos, onde se estuda unicamente a língua indígena. Objetivo geral: Compreender o processo de aculturação nos alunos indígenas de várias etnias da Reserva Parque das Tribos na escola municipal indígena na cidade de Manaus-AM/Brasil, no período de 2020-2021, será enfatizado a metodologia de pesquisa etnográfica utilizada para estudar uma sociedade ou um grupo social. Com enfoque exploratório, empregada com aplicação de formulários e questionários, com a finalidade de coletar medidas das opiniões e das observações e atitudes. Com a realização deste estudo foi possível perceber uma adaptação dos indígenas aos novos contextos das modernidades e ao mesmo tempo tentam manter algumas tradições, como o idioma falado pelos ancestrais. Dentro do Parque das tribos foi possível observar a superação de preconceitos e a visibilidade um futuro melhor. Constatou-se que os alunos indígenas vêm buscando uma educação inovadora com a finalidade de agregar este valor em sua própria etnia.

Palavras-chave: identidade. aculturação. indígenas.

ABSTRACT

The purpose of this research is to understand the process of acculturation and identification of the indigenous identity with a focus on an indigenous school located in the reserve, Parque das Tribos, where only the indigenous language is studied. General objective: To understand the process of acculturation in indigenous students of various ethnicities from the Parque das Tribos Reserve in the indigenous municipal school in the city of Manaus-AM/Brazil, in the period 2020-2021, the ethnographic research methodology used to study a society or a social group. With an exploratory focus, used with the application of forms and questionnaires, in order to collect measures of opinion and observations and attitudes. With the accomplishment of this study it was possible to perceive an adaptation of the indigenous to the new contexts of modernities and at the same time they try to maintain some traditions, such as the language spoken by the ancestors. Inside the Parque das Tribes it was possible to observe the overcoming of prejudices and the visibility of a better future. It was found that indigenous students have been seeking an innovative education in order to add this value to their own ethnicity.

Keywords: Identity. Acculturation. indigenous.

INTRODUÇÃO

Este estudo destina-se a compreender o processo de aculturação sobre a identidade indígena e como ela vem se remodelando a partir da sociedade moderna e seus impactos na vida dos alunos e comunidade, da reserva Parque das Tribos e na escola Indígena “Uka Umbesara Waknei Anamarehit” A escola estudada é uma escola diferenciada pois se estuda unicamente a língua indígena, A comunidade vem vivendo uma agurra de identidade, pois o grupo convive com as índoles do mundo contemporâneo, tecnológico e suas consequências. As concepções do mundo social e cultural.

Na contemporaneidade é muito comum ouvir pessoas falando que estão sofrendo uma crise de identidade, onde cansado com padrões dos encantos da vida não sabem quem realmente são. Isso se deve a um tipo de mudança estrutural que está transfigurando as sociedades vigentes. Precedentemente, salientadas localizações definiam as paisagens culturais, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade. Hoje essas comutações estão mudando as identidades do povo indígena. **Situação problema:** O problema que motivou essa pesquisa surgiu quando se observou que os alunos indígenas de várias etnias oriundos de outras reservas como do Alto Solimões e Médio Amazonas e Rio Negro migraram para Manaus vindo a ocupar uma área na zona oeste de Manaus, depois de alguns anos foi reconhecido pelas autoridades estadual e municipal denominado Reserva Parque das Tribos. Nesse processo de contato com a população urbana relacionada com as mudanças culturais, direto ou indiretamente, de forma impositiva ou natural que culmina nas mudanças de como se vestem, nas construções, costumes, hábitos, crenças, línguas, rituais e educação. Procurou-se saber, **Pergunta Central:** Como o processo de aculturação urbana tem afetado a população indígena, com a perda de suas culturas na Reserva do Parque das Tribos no município de Manaus-AM/Brasil?

Hall (2005) afirma que as identidades nacionais não são coisas com as quais as pessoas nascem, mas são formadas e transformadas. A identidade do índio antigamente era uma, se transformou, e o indígena hoje tem características diferentes.

Segundo Woodward (2000) a complexidade da vida moderna exige que assumamos diferentes identidades e como consequência isso pode gerar conflitos. Essa globalização que tem tanto impacto na identidade dos sujeitos foi definida por Hall (2005, p. 91): **Perguntas específicas:** Como identificar os aspectos culturais dos jovens indígenas do Parque das Tribos no município de Manaus-AM/Brasil? Como é possível preservar os aspectos culturais do povo do parque das tribos do Município de Manaus-AM/Brasil? Qual o papel da Escola mediante as mudanças que vem ocorrendo nas culturas dos jovens indígenas do Parque das Tribos no município de Manaus-AM/Brasil?

Realizou-se esta pesquisa tendo como. **Objetivo Geral:** Compreender o processo de aculturação nos alunos indígenas de várias etnias da Reserva Parque das Tribos na escola municipal indígena na cidade de Manaus-AM/Brasil, no período de 2020-2021. **Objetivos Específicos:** Identificar os fatores que contribuíram para o processo de dispersão desses povos indígenas para as áreas urbanas; Entender como os moradores de várias etnias do Parque das Tribos na Cidade de Manaus, veem na cidade o modo de vida que estão inseridos; Verificar como os moradores e educandos da Reserva Parque das Tribos se sentem tendo em vista a perda de seus costumes, educação, hábitos e crenças na cidade.

A referida pesquisa atende as exigências éticas e técnicas científicas onde serão incluídos os docentes e seus respectivos alunos do parque das tribos, os quais serão informados para contribuírem com um questionário com perguntas abertas nesse processo de investigação. Espera-se que os resultados venham contribuir com as competências e habilidades na prática docente e favorecer a valorização de suas culturas e crenças.

O produto final desta obra é composto de uma parte dissertativa. No Marco Introdutório é apresentado o tema, o título, a descrição do problema, as definições das hipóteses, os objetivos, a justificativa e a delimitação do estudo.

Nas Considerações Finais tratar-se-á de uma reflexão, destacando os principais resultados encontrados no decorrer da investigação do objeto de estudo, bem como recomendações acerca do aprofundamento do estudo envolvendo outros sujeitos na pesquisa.

Por fim, as referências citam as obras dos autores utilizados no Marco Teórico e os documentos consultados para a realização do estudo.

CONTEXTUALIZAÇÃO DA PROPOSTA

A discussão sobre o avanço urbano e a perda dos costumes do povo indígenas do Parque das Tribos no município de Manaus, especificamente, a escola UKA UMBUESARA ANAMAREHIT (casa dos grandes guerreiros). Esses povos de diversas etnias como os demais povos do Brasil, possuem distintas denominações com as quais podem ser identificados nos relatos de viajantes, nas pesquisas etnográficas e demais documentos. Bem como pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), órgão oficial responsável pela política indigenista no Brasil.

Entretanto, para fundamentar o presente trabalho, inicia-se analisando os primeiros registros e estudos referentes às etnias, os quais retratam o contato com os colonizadores e avanço do espaço urbano no modo de vida do povo e especificamente os do Parque das Tribos, tais como: rituais, lugares onde viviam e demais informações sobre o seu cotidiano.

Uma análise dos “Das etnias do Parque das Tribos hoje”: quantos são e, principalmente, como vivem, destacando-se a cultura, educação e os equipamentos urbanos, serviços e a suas crenças. Outro fator a ser comentado é que na escola ao mesmo tempo em que aprende a cultura do homem branco, o índio assiste à perda de suas próprias tradições, ao esquecimento de sua língua e o gradual desaparecimento de toda a sua cultura. O estudo se justifica pelo fato de se buscar respostas através de pesquisas científicas analisando o processo de aculturação nessa escola, pois, a ciência possibilita apresentar resposta para melhorar os impactos causados nesses jovens alunos.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O processo de institucionalização da educação escolar indígena, é destacado como um dos direitos fundamentais dos povos indígenas que, como a história mostra, vivem há anos sem amparo legal neste aspecto e, atualmente, recebem a política de educação escolar indígena atual como instrumento no ordenamento jurídico que rege a educação, como garantia, em todo o território nacional.

O primeiro contato entre índios e europeus teve início durante o século 16, com a chegada dos colonizadores aos países brasileiros. Os viajantes e naturalistas que passaram por aqui, registraram suas impressões sobre os povos do Brasil. Para Oliveira; Freire (2006, p. 22), as descrições geográficas e culturais dos colonizadores, contêm muitas limitações, incluindo a capacidade portuguesa de subjugar os indígenas, o que ajudou a identificar índios hostis geralmente como Tapuios. Essa identidade escondia iniciativas indígenas, processos de alianças socioculturais intertribais ou conflitos com colonizadores.

Antes da chegada do colonizador, a educação dos índios acontecia por meio de uma

relação de troca entre os que aprendem e ensinam ao mesmo tempo [...] os códigos sociais de conduta, as regras de trabalho, os segredos da arte ou da religião, do artesanato ou da tecnologia [...] (BRANDÃO, 2007, p.10). Quando se fala sobre a educação dos povos indígenas Freire (2004) aponta:

Nessa sociedade sem escola, onde não havia situações sociais exclusivamente pedagógicas, a transmissão de saberes era feita no intercâmbio cotidiano, por contatos pessoais e diretos. A aprendizagem se dava em todo o momento e em qualquer lugar. Na divisão do trabalho, não havia um especialista –o docente –dissociado das condições materiais de existência do grupo. Posto que era sempre possível algo em qualquer tipo de relação social, isso fazia de qualquer indivíduo uma gente da educação tribal, mantendo vivo o princípio de que todos educam (p.15)

Os primeiros indícios sobre a escolarização indígena no Brasil, foram feitas no início da colonização e realizadas pelos jesuítas por meio da catequese sob a orientação dos princípios da educação para a salvação. “A educação escolar, introduzida pelos brancos em função do contato, se contrapõe à educação propriamente indígena, aquela que inclui os diferentes processos tradicionais de socialização, específicos a cada povo” (SILVA; AZEVEDO, 2004).

O modelo educacional foi imposto aos povos indígenas, sem dar-lhes a oportunidade de dizer se desejam receber ou participar deste modelo educacional. Os europeus, munidos de uma visão etnocêntrica, viam na escola um meio de integrar e adaptar os índios aos padrões culturais ocidentais para civilizar esses povos. A partir da literatura sobre o assunto, pode-se concluir que a escolarização imposta pelos europeus contribuiu inicialmente para a dizimação cultural de várias etnias.

Escrevendo sobre a história da educação, Saviani (1997) observou que em 1548, os jesuítas “cumpriam os mandatos do Rei D. João III, que formulara, nos “Regimentos”, aquilo que poderia ser considerado a nossa primeira política educacional [...]”. “Entre as diretrizes básicas constantes no Regimento, isto é, na nova política ditada por D. João III, é encontrada um referente à conversão dos indígenas, à fé católica pela catequese e pela instrução” (RIBEIRO, 2000 p. 18). O currículo desenvolvido a partir dessa política, voltado para os filhos dos índios e dos colonos, logo foi substituído pela RatioStudiorum⁶ (SAVIANI, 1997).

Em meados do século 18, iniciou-se um novo período na história do contato entre índios e governantes coloniais, marcado pelas preocupações da coroa portuguesa, com questões estatais e administrativas que se estendiam também às colônias. Neste cenário, surge a figura do Marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo, como Primeiro-Ministro do Rei de Portugal (1750-1757). Como partidário do Iluminismo, Pombal logo tentou separar o Estado da Igreja e, como medida, expulsou os jesuítas primeiro da Amazônia e depois do Brasil (OLIVEIRA; FREIRE, 2006).

O modelo educacional introduzido com esta política, visava civilizar os índios e, como determinação, foi instituída a obrigatoriedade do ensino da Língua Portuguesa e impôs que a civilização dos índios deveria ser realizada nas escolas públicas (OLIVEIRA; FREIRE, 2006).

Com o decreto imperial nº 426/1845 foi criado o regulamento sobre as missões de catequese e civilização dos índios, que vigorou até 1889. Em seu fundamento organizacional, a responsabilidade atribuída aos religiosos era exatamente de proporcionar o ensino escolar para os indígenas, amplificando assim, que a educação dos índios voltasse para o domínio dos religiosos. Conforme apontado por Sampaio (2008), o novo texto legal se baseia em antigas

"experiências de outras propostas de civilização". Além da preocupação com a catequese e a manutenção do sistema de aldeias, será retomada a recomendação de criar escolas para crianças nas aldeias [...] (p. 12).

Após quatro séculos de extermínio sistemático de povos indígenas, em 1910 o estado criou o Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Essa política iniciou outro período nas relações entre o Estado brasileiro e os povos indígenas, porque "relatou-se um receio com a diversidade linguística e cultural da população indígena" (FERREIRA, 2001, p. 74). Durante a ditadura militar (1967), a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) foi criada para substituir o SPI. Em termos de educação, a FUNAI optou por ofertar o ensino bilíngue em escolas indígenas, para aliviar a carga negativa que estava relacionada ao Brasil, pelo extermínio de milhares de indígenas. Pensando nisso, ocorreram algumas mudanças em relação à escolaridade indígena. Merece ênfase o trabalho do Summer Institute of Linguistics-SIL10, que desenvolveu um projeto educacional em comunidades indígenas, cujo objetivo não era acabar com a diferença, mas subjuga-las (Antônia, p. 34, 2016).

Na prática, Santos (2001) recorda que as escolas indígenas operavam nos padrões das escolas de todo país, muito aquém da realidade dos diversos grupos indígenas. Com base nas ideias de autores como Meliá (1979), Ferreira (2001) critica o modelo de escolarização indígena desenvolvido pelo SPI, SIL e FUNAI, pois a seu ver, "não difere estruturalmente, nem no funcionamento, nem nos seus pressupostos ideológicos, da educação missionária (p. 80)". Por meio dessas medidas educativas, reproduziu-se uma modalidade de educação no âmbito da cultura ocidental, que se caracterizou como violência simbólica. Bourdieu (1975) atesta que a violência simbólica se revela "quando são dadas as condições sociais de imposição e inculcação" (p. 22).

Freire (2004), [...] a escola destinada aos povos indígenas continuou a missão colonizadora e "civilizadora" que lhe fora atribuída pela Coroa Portuguesa. Tanto no Império como na República foi a principal instituição executora de uma política educacional, cujo objetivo principal era eliminar as diferenças, despojando os grupos étnicos de suas línguas, de suas culturas, de suas religiões, de suas tradições, de seus saberes, incluindo, entre esses saberes, os métodos próprios de aprendizagem (p. 23)

A legislação educacional e a documentação sobre a escolarização indígena no Brasil, não tem mais o foco na prerrogativa de integração e assimilação dos índios na sociedade nacional, mas na tarefa de defender, respeitar, prezar os conhecimentos, línguas, princípios, costumes e as formas de organização da sociedade indígenas (ALMEIDA; SILVA, 2003, p. 20).

Sobre a História da Escola Indígena, Baniwa (2013) frisa: a história da Escola Indígena no Brasil pode ser separada em dois períodos diferentes, dada a sua missão institucional.

A escolaridade indígena específica e diferenciada faz parte da agenda política do Estado brasileiro. Bobbio (1992) aponta que a legitimidade da lei requer a existência de um sistema normativo que garanta o exercício desse direito. A existência de um direito, seja em sentido forte ou fraco, sempre implica a existência de um sistema normativo no qual eles devem ser entendidos pela existência tanto no mero fator externo de uma lei histórica ou atual quanto no reconhecimento de um conjunto de normas como guia para sua própria ação. A figura do direito tem com ocorrência a figurada obrigação (BOBBIO, 1992). Bourdieu (1989) aperfeiçoou um conceito sociológico de direito e o concebeu como uma ferramenta feita pelo homem que geralmente se apresenta em duas perspectivas: lista interna e lista externa. Para esse teórico, tais perspectivas, tendem a rejeitar a existência de um universo social parcialmente independente, e é por isso que o Estado

exerce sua autoridade legal, ou seja, a violência simbólica é frequentemente utilizada.

Com base nas diretrizes legais nacionais e internacionais sobre educação escolar indígena e nas deliberações da I Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena (CONEEI), bem como nas contribuições dos participantes de dois seminários do Conselho Nacional de Educação (CNE), realizado em 2011 e 2012, bem como a cooperação de pessoas e instituições durante a fase anterior do Conselho Nacional de Educação por meio da Resolução nº 05/2012, introduziu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Escolarização Indígena na Educação Básica. As diretrizes, com base na LDB / 96, determinam as responsabilidades e aptidões de cada unidade federada na oferta da educação indígena de acordo com as seguintes diretrizes:

Art. 24 Constituem atribuições da União: I-legislar privativamente e definir diretrizes e políticas nacionais para a Educação Escolar Indígena; II-coordenar as políticas dos territórios Etna educacionais na gestão da Educação Escolar Indígena; III-apoiar técnica e financeiramente os Sistemas de Ensino na oferta de Educação Escolar Indígena, desenvolvendo programas integrados de ensino e pesquisa com a participação dessas comunidades em seu acompanhamento e avaliação; IV-ofertar programas de formação de professores indígenas –gestores e docentes – e das equipes técnicas dos sistemas de ensino que executam programas de Educação Escolar Indígena; V-criar ou redefinir programas de auxílio ao desenvolvimento da educação, a fim de atender às necessidades escolares indígenas; VI orientar, acompanhar e avaliar o desenvolvimento de ações na área da formação inicial e continuada de professores indígenas; VII -promover a elaboração e publicação sistemática de material didático específico e diferenciado, destinado às escolas indígenas; VIII –realizar as Conferências Nacionais de Educação Escolar Indígena.

Art. 25 Constituem atribuições dos Estados: I -ofertar e executar a Educação Escolar Indígena diretamente ou por meio de regime de colaboração com seus Municípios; II -estruturar, nas Secretarias de Educação, instâncias administrativas de Educação Escolar Indígena com a participação de indígenas e de profissionais especializados nas questões indígenas, destinando-lhes recursos financeiros específicos para a execução dos programas de Educação Escolar Indígena; III-criar e regularizar as escolas indígenas como unidades próprias, autônomas e específicas no sistema estadual de ensino; IV-implementar e desenvolver as ações pactuadas no plano de ação elaborado pela comissão gestora dos territórios etno educacionais;

V-prover as escolas indígenas de recursos financeiros, humanos e materiais visando ao pleno atendimento da Educação Básica para as comunidades indígenas; VI-instituir e regulamentar o magistério indígena por meio da criação da categoria de professor indígena, admitindo os professores indígenas nos quadros do magistério público mediante concurso específico; VII -promover a formação inicial e continuada de professores indígenas–gestores e docentes; VIII -promover a elaboração e publicação sistemática de material didático e pedagógico, específico e diferenciado para uso nas escolas indígenas. §1º As atribuições dos Estados com a oferta da Educação Escolar Indígena poderão ser realizadas em regime de colaboração com os municípios, ouvidas as comunidades indígenas, desde que estes tenham se constituído em sistemas de educação próprios e disponham de condições técnicas e financeiras adequadas. § 2º As atribuições dos Estados e do Distrito Federal se aplicam aos Municípios no que couber. Art. 26 Constituem atribuições dos Conselhos de Educação: -estabelecer critérios específicos para criação e regularização das escolas indígenas e dos cursos de formação de professores indígenas; II-autorizar o funcionamento e reconhecimento das escolas indígenas e dos cursos de formação de professores indígenas; III -regularizar a vida escolar dos estudantes indígenas, quando for o caso. Parágrafo único. Em uma perspectiva colaborativa, os Conselhos de Educação podem compartilhar ou delegar funções aos Conselhos de Educação Escolar Indígena, podendo ser criados por ato do executivo ou por delegação dos próprios Conselhos de Educação em cada realidade.

Muito se comenta, e se lamenta, que os índios estão perdendo sua cultura por conta que eles vêm aderindo à costumes de quem mora na cidade urbana como utilizar calçado, vestimen-

ta e falando em português. Acredita-se que o correto é seguir as suas tradições e viver no eterno isolamento dentro da mata, mas devemos levar em conta que a história da sociedade brasileira deve muito à esses indígenas e de fato, pensar dessa forma é um egoísmo social. O que nos diferencia deles é que somos "apenas" mais um povo; nossa tecnologia nos faz especialmente perigosos e, ao longo desses 500 anos, a história não tem sido fácil para os índios, que tiveram que lutar para sobreviver a epidemias, guerras, escravidão, aldeamentos e esforços de integração à população nacional $\frac{3}{4}$ e foram poucos os que conseguiram. Como, então, sem isolá-los, mantendo-os em uma redoma de vidro (HALL, 2006, p. 13).

[...] As identidades são formadas e transformadas continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpretados nos sistemas culturais que nos rodeiam. (HALL, 2006, p. 13).

As lutas e as resistências das novas identidades ocorreram nas mais diversas frentes, desde os direitos econômicos, sociais e culturais, até os direitos ambientais, possibilitando, dessa forma, o surgimento dos novos movimentos sociais. O surgimento desses novos movimentos implica em lutas, pelo reconhecimento das diferenças, revelam, em primeiro lugar que a construção dessas mesmas identidades nacionais se dá em um plano de disputas de poder e de contradições internas, inerentes a cada nação.

O grande desafio da escola no século XXI é, portanto, não só o de garantir o direito e respeito às diferenças, mas também o de se inserir em um contexto de lutas em prol de políticas de igualdade, de transversalidade de direitos. Não há porque seguir pensando a escola como uma instituição neutra e imparcial, depois das teorias críticas, e pós-críticas do currículo. Ao contrário, a escola é uma instituição produzida pela sociedade e, como tantas outras instituições, pode reproduzir e reforçar as desigualdades, e a exclusão, assim como pode ser uma ferramenta de promoção da cidadania, pautada no reconhecimento das diferenças e da diversidade. (ROSANGELA, 2006, p. 6).

O interesse atual pela temática indígena e afro-brasileira se deve à renovação de perspectivas teóricas, além do esforço de movimentos sociais que reivindicam um olhar pluralista sobre a História e cultura no Brasil. No século XIX, quando surgiram os primeiros esforços para explicar a formação do Brasil, negligenciava-se a contribuição de índios e negros, valorizando-se a presença "civilizatória" portuguesa.

A ideia de que os índios seriam extintos parte do princípio de que mudanças culturais progressivas os conduziram à perda de identidade étnica. A esse modelo de interpretação chamamos de aculturação, que entendia ser o índio verdadeiro aquele considerado "puro", isto é, que recebera pouca influência dos não índios. Os processos históricos de contato entre culturas levariam à formação de "caboclos", que deixariam de ser índios.

Hoje no Brasil existem aproximadamente 238 povos indígenas, falantes de mais de 180 línguas diferentes. A maioria vive no interior de 688 terras indígenas. Nas últimas décadas, contrariando as previsões de extinção, houve crescimento demográfico entre os índios. Dados dos três últimos censos demonstram essa realidade.

Assim, ao invés de tratarmos do termo aculturação, usamos o conceito de **transculturação**, que entende que todas as sociedades são mistas, variadas e sujeitas à mudança. Já que toda sociedade se modifica ao longo do tempo, em situações de contato entre diferentes culturas, entende-se que as influências são recíprocas, mesmo quando uma das partes promove

escravidão e morte.

Estudar a história indígena também é uma forma de introduzir discussões interessantes sobre direitos humanos, além de tratar de conceitos importantes da Antropologia Social. É importante que o professor procure informações sobre comunidades indígenas em sua cidade ou estado. Além disso, pode-se encontrar pesquisas sobre o papel dos índios em episódios importantes da história local. Isso aproximará e sensibilizará o aluno para essas questões.

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Projeto de pesquisa

A presente pesquisa desenvolveu-se no Parque das Tribos, localizado na Comunidade Cristo Rei no Município de Manaus-AM/Brasil. Essa comunidade é a reunião de famílias que em Manaus na de 80 buscando melhores condições de vida

Optou-se pelo enfoque exploratório, onde é empregado formulários e questionários com a finalidade de coletar medidas de opiniões e de observações daquilo que se pesquisa.

Tipo de pesquisa

Se desenvolverá uma pesquisa etnográfica foi importada da antropologia para diversas áreas, tais como a sociologia e a educação. Enquanto em sua origem eram estudadas culturas remotas em seu caráter de não-familiaridade, nos dias de hoje deu-se o oposto: a etnografia começa sua pesquisa por perto em busca de desvelar determinados aspectos daquilo que nos parece familiar (FLICK, 2009; GOELLNER *et al.*, 2010), ou seja, caminhou-se do “transformar o exótico no familiar” para o “transformar o familiar em exótico” (DAMATTA, 1978, p. 4). A pesquisa etnográfica atual considera uma estratégia de pesquisa mais flexível, aceitando o emprego de todos os tipos de métodos e concentrando-se na redação e descrição das experiências naquele campo (LUDERS, 2004 *apud* FLICK, 2009).

Instrumento e técnica de coletas de dados

O questionário é um instrumento de coleta de dados constituído por uma série de perguntas, que devem ser respondidas por escrito. Dentre as principais vantagens estão a economia de tempo, a eficiência na coleta de um grande número de dados, a possibilidade de atingir um número maior de pessoas em uma área geográfica mais ampla.

Segundo Gil (1999, p.128), pode ser definido “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”

ANÁLISE DE RESULTADOS

Após o processamento dos dados, o estudo deve indicar como os resultados da pesquisa foram tratados. Apresenta-se a coleta de dados e os resultados são discutidos para exporem detalhes os dados que posteriormente justificarão a conclusão. Todos os resultados devem ser

mencionados, mesmo aqueles que contradigam os objetivos específicos ou a hipótese da pesquisa.

Os resultados são apresentados de acordo com a abordagem adotada na pesquisa e podem ser expressos por meio de tabelas, gráficos ou figuras. Tudo deve ser referenciado.

Organização dos resultados

A Amazônia é palco de exploração, mas é também palco de inúmeras lutas de resistência e afirmação, como aquela pela defesa dos lagos contra os peixeiros predadores; do extrativista que, na reserva, gesta um novo pensamento coletivo de viver em meio à abundante natureza; dos cientistas que, pacientemente, aprofundam conhecimentos sobre a realidade amazônica e os devolvem à população. E há a teimosia diária dos povos indígenas em continuarem, dinamicamente, a viver do seu jeito.

Apesar de buscar melhores condições de vida na cidade, a maioria dos indígenas vive em situação de pobreza, tem dificuldade de conseguir emprego e a principal renda vem do artesanato. “Geralmente, as comunidades estão localizadas em área de risco. A maior parte fica dentro da aldeia trabalhando com artesanato. Há muito tempo, a floresta amazônica deixou de ser o lar de milhares de indígenas. A escassez de alimentos, o desmatamento e o avanço das cidades sobre as matas são alguns fatores que motivaram povos tradicionais a migrar para áreas urbanas.

A liderança indígena está trabalhando para mudar essa história porque todas as áreas indígenas são riquíssimas, tem um potencial econômico grande. O mercado consumidor tem uma carência muito grande de tudo que tem na aldeia: alimentação, da matéria-prima, daquilo que pode ser transformado em joia, em remédio, em perfume, enfim. Tudo que tem lá dá para se transformar em moeda.

Avaliação dos resultados

Pode-se afirmar que, no início da pesquisa etnográfica o pesquisador chegou à conclusão de que apenas o contato real em campo poderia descrever melhor a cultura de um povo. E aqui chegou-se em um dos principais pontos relacionados à etnografia: a pesquisa etnográfica tem como foco entender a cultura de comunidades e grupos sociais implementação das atividades propostas na unidade do Parque das Tribos uma interação com os alunos demonstraram muito interesse, pois segundo os mesmos esse tema atraia a atenção e a curiosidade de todos, afinal estava-se estudando uma cultura diferente da nossa e segundo Gersem dos Santos e Luciano Baniwa.

A riqueza da diversidade sociocultural dos povos indígenas representa uma poderosa arma na defesa de seus direitos e hoje alimenta o orgulho de pertencer a uma cultura própria e de ser brasileiro originário

Através da pesquisa sobre o termo „aculturação,, proposto pelo primeiro objetivo específico, identificar os fatores que contribuíram para o processo de dispersão desses povos indígenas para as áreas urbanas; Observou-se que A escassez de alimentos, o desmatamento e o avanço das cidades sobre as matas são alguns fatores que motivaram povos tradicionais a migrar para áreas urbanas.

Quando se fala em aculturação muitos deles desconheciam os seus significados, mas através da pesquisa, os mesmos foram se familiarizando com o termo e entendendo o seu significado, pois o resgate da história do indígena é de suma importância numa sociedade como a brasileira, haja visto a grande contribuição desse povo para a construção de nossa nação, esse povo que esteve aqui muito antes da chegada dos europeus com sua ânsia de aculturar os povos nativos e em busca de bens materiais, provocando a destruição física e cultural, bem como, desapropriando-os de suas terras e de seu direito de viver conforme seus costumes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É indiscutível que o processo de aculturação tenha afetado em grande escala os povos indígenas, com a internalização do sistema tecnológico e a globalização passou a afetar o modo como as pessoas se relacionam e como cada indivíduo pensa. Hoje o sujeito social se apresenta como heterogêneo, trazendo à tona seus atravessamentos indenitários.

O povo indígena hoje luta para manter sua cultura viva e ao mesmo tempo vem buscando fazer parte de uma sociedade "aculturação" mostrando que o índio é capaz de ser um professor, médico ou advogado. O índio tem vontade de crescer e ser alguém que possa fazer a diferença dentro e fora da comunidade.

Portanto, o contexto histórico nos remete ao processo de formação das primeiras cidades no mundo, não sendo diferente no Brasil, especificamente, na Tríplice Fronteira das cidades de Brasil, Colômbia e Peru, principalmente, com um crescimento das cidades houve um avanço horizontal na cidade de Tabatinga. Isso vindo a transformar as reservas indígenas em quase um bairro da cidade, criando vários fatores que culminaram com dispersão de várias etnias para os centros urbanos como a cidade de Manaus onde hoje vivem os Witotos, Ticunas, Barés, Carapãnas e Kocamas.

Ficou comprovado que, as cidades brasileiras apresentam várias configurações no tempo e no espaço. Atualmente, as várias especificidades que estão marcadas na estratificação social de uma cidade. Desse modo, compreender os moradores da Reserva Parque das Tribos remete a uma análise do processo civilizatório e por uma conexão que esses povos originários vêm se transformando ao longo do tempo com o processo de urbanização que está ligado ao processo econômico na Amazônia.

Atualmente, as migrações de povos indígenas de várias cidades ribeirinhas que compõe o estado do Amazonas e essa miscigenação sanguínea de indígenas e brancos fazem com que haja uma demanda muito grande dessa população para as cidades que é o propulsor da aculturação.

A inserção da população indígena no contexto urbano é uma questão de abordagem profunda que foi possível fazê-lo no âmbito desse trabalho. Deste os primeiros estudos realizados no Parque das Tribos os índios enfatizam que, apesar das transformações ocorridas no âmbito social e cultural, a um esforço muito grande por parte das lideranças em manter vivo as identidades étnicas nesse novo contexto de vida.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. S. Mulher e Educação: a paixão pelo possível. São Paulo: Editora Unesp, 2003
- BOBBIO, Norberto. A Era dos Direitos. Rio de Janeiro:Campus, 1989.
- BOURDIEU, P., PASSERON, J. C. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975
- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. Catequese e colonização no discurso jesuítico. In:BARROS, Diana Luz Pessoa de (org.) Os discursos do descobrimento. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; FAPESP, 2007.
- DAMATTA, Roberto. O Ofício de Etnólogo, ou como Ter “Anthropological Blues”. In NUNES, Edson de Oliveira (org.). A Aventura Sociológica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. pp. 23-35.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. Demandas sociais e história do tempo presente. In: VARELLA, F. et. All (Org). Tempo presente e usos do passado. Rio de Janeiro: FGV, 2001, p. 31-49.
- FLICK, U. Desenho da pesquisa qualitativa. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- FREIRE, José Ribamar Bessa; MALHEIROS, Márcia Fernanda. Aldeamentos indígenas no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004
- GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- LÜDERS, Tomás. Relaciones interdiscursivas entre líderes políticos y diarios nacionales de referencia dominante en las sociedades mediatizadas. El caso Néstor Kirchner-diario Clarín (Argentina, 2003-2009). Plan de Trabajo. Universidad Nacional de Rosario. Doutorado em Comunicação. 2009.
- MELIÀ, Bartomeu. Educação indígena e alfabetização. São Paulo: Loyola, 1979.
- OLIVEIRA; João Pacheco de; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. A presença indígena na formação do Brasil. Brasília: MEC/SECAD/LACED/Museu Nacional, 2006.
- RIBEIRO, Darcy. Os índios e a civilização; a integração das populações indígenas no Brasil Moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ROSÂNGELA G. In: ARANTES, Valéria A. (Org.). Inclusão Escolar: pontos e contrapontos. São Paulo: Ed. Summus, 2006. 103p
- SANTOS, M. A. Nós só conseguimos enxergar dessa maneira...; Representações e Formação de educadores. 2010. 172. Tese – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.
- SAVIANI, Dermeval. Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações. 10 ed., Campinas, SP: Autores associados, 1997.
- SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. São Paulo: 2004.



AYA EDITORA
2022